

AARIN - REPASSES  
FINANCEIROS E  
SOLUÇÕES  
TECNOLÓGICAS  
INSTITUIÇÃO DE  
PAGAMENTO S.A.

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2022 e 2021**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Acionistas da

Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de  
Pagamento S.A.

Salvador - BA

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Aarin - Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aarin - Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 07 de maio de 2022, sem modificação.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

  
Guilherme Zuppo Ventura Diaz  
Contador CRC 1SP294326/O-3

**AARIN - REPASSES FINANCEIROS E SOLUCOES TECNOLOGICAS INSTITUICAO DE PAGAMENTO  
S.A.**

**C.N.P.J. 40.473.435/0001-78**

**Balancos patrimoniais**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>5</b>	4.956	2.170
Títulos e Valores Mobiliários	<b>6</b>	6.348	-
Contas a receber	<b>7</b>	3	-
Impostos a compensar ou a recuperar		45	-
Outros créditos	<b>8</b>	383	73
Arrendamentos Imobiliários		-	26
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>11.735</b>	<b>2.269</b>
Arrendamentos Imobiliários - Longo Prazo		-	26
Imobilizado	<b>9</b>	409	27
Intangível	<b>10</b>	2.712	1.165
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.121</b>	<b>1.218</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>14.856</b>	<b>3.487</b>
		<hr/>	<hr/>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fornecedores		205	-
Obrigações Tributárias		71	43
Obrigações sociais trabalhistas	<b>11</b>	1.233	-
Outras obrigações	<b>12</b>	7.865	1.787
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>9.375</b>	<b>1.830</b>
Capital social		32.015	13
Capital social a integralizar		(20.000)	(13)
Reserva de capital		3.201	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital		-	3.473
Prejuízos acumulados		(9.734)	(1.816)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>	<b>5.482</b>	<b>1.657</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>14.856</b>	<b>3.487</b>
		<hr/>	<hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AARIN - REPASSES FINANCEIROS E SOLUCOES TECNOLOGICAS INSTITUICAO DE PAGAMENTO  
S.A.  
C.N.P.J. 40.473.435/0001-78**

**Demonstrações do resultado do exercício**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em unidades de reais)

	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>14</b>	<b>2.570</b>	<b>705</b>
Custo dos serviços prestados	<b>15</b>	(304)	(1)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.266</b>	<b>704</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(9.380)</b>	<b>(2.177)</b>
Pessoal	<b>16</b>	(4.644)	-
Gerais e administrativas	<b>17</b>	(3.775)	(1.743)
Comerciais		(451)	(289)
Depreciações e Amortizações		(293)	(169)
Equivalência patrimonial		(1)	-
Outras receitas/despesas operacionais	<b>18</b>	(216)	24
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>(7.114)</b>	<b>(1.474)</b>
Resultado financeiro	<b>19</b>	(804)	(273)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(7.918)</b>	<b>(1.747)</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	(70)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(7.918)</b>	<b>(1.816)</b>
Quantidade de ações ( <b>unitário</b> )		29.632	12.900
Prejuízo por ação ( <b>em reais</b> )		(267)	(141)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AARIN - REPASSES FINANCEIROS E SOLUCOES TECNOLOGICAS INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.

C.N.P.J. 40.473.435/0001-78

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro Aumento de Capital	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-	-	-	-	-
Constituição de capital social e reserva de capital	13	(13)	3.473			3.473
Resultado do exercício					(1.816)	(1.816)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13</b>	<b>(13)</b>	<b>3.473</b>	-	<b>(1.816)</b>	<b>1.657</b>
Aumento do capital social e reservas	32.002	(19.987)	(3.393)	3.201		11.823
Devolução de adiantamento de capital	-	-	(80)	-	-	(80)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(7.918)	(7.918)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>32.015</b>	<b>(20.000)</b>	-	<b>3.201</b>	<b>(9.734)</b>	<b>5.481</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AARIN - REPASSES FINANCEIROS E SOLUCOES TECNOLOGICAS INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.****C.N.P.J. 40.473.435/0001-78****Demonstrações dos fluxos de caixas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(7.918)</b>	<b>(1.816)</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	293	169
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais</b>		
Títulos e Valores Mobiliários	(6.348)	-
Contas a Receber	(3)	-
Impostos a compensar ou a recuperar	(45)	-
Outros créditos	(258)	(125)
Fornecedores	205	-
Impostos e contribuições a recolher	28	42
Obrigações sociais e trabalhistas	1.233	
Outras obrigações	6.078	1.787
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>890</b>	<b>1.704</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição/alienação de imobilizado	(411)	(31)
Aquisição/alienação de intangível	(1.811)	(1.329)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.222)</b>	<b>(1.360)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Pagamento/Recebimento de empréstimos e financiamentos	(3.473)	3.473
Aumento/redução de capital social	12.015	-
Aumento/redução de reservas de capital	3.201	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>11.743</b>	<b>3.473</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.786</b>	<b>2.170</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	2.170	-
No fim do exercício	4.956	2.170
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.786</b>	<b>2.170</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AARIN - REPASSES FINANCEIROS E SOLUCOES TECNOLOGICAS INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.**

**C.N.P.J. 40.473.435/0001-78**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(7.918)</b>	<b>(1.816)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(7.918)</b>	<b>(1.816)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Contexto operacional**

A AARIN - REPASSES FINANCEIROS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO SA, com nome fantasia AARIN, é uma empresa atuante no setor de tecnologia voltado para o mercado financeiro, com sede na Avenida da França, Nº 393, 2º andar, Comércio, em Salvador – BA. A empresa foi constituída em 19/01/2021, pela sua então controladora Cubos Participações Ltda que detém, diretamente, 100% (cem por cento) do seu capital social.

A Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Ltda tem como atividade principal o desenvolvimento de produtos focados em aumentar a eficiência no mercado de meios de pagamento, mediante a promoção de ambiente tecnológico de negócios mais inclusivo e competitivo, fornecendo soluções tecnológicas integráveis a infraestruturas de pagamento de bancos e instituições financeiras em geral e operáveis diretamente por empresas perante o seu público consumidor, sendo classificada como fintech ou techfin.

Em 07 de março de 2022 houve a aquisição da companhia pelo Next, através da aquisição de 100% do capital social da sua controladora pela holding do grupo Bradesco. O processo de compra foi finalizado em 29 de julho de 2022.

### **Continuidade operacional**

A Administração da Companhia em conjunto com seus acionistas tem colocado em ação uma série de medidas visando o direcionamento para o crescimento e expansão de seus negócios. Dentre as medidas para atingimento do plano de negócio, pode-se destacar o trabalho na elaboração de parcerias e aquisições para acelerar o seu crescimento de forma sustentável.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que considera a liquidação de suas obrigações no curso normal das atividades.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023.

**b. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado.

**c. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto as aplicações financeiras, que são mensuradas ao valor justo.

### **3 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas, a seguir, de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

**a. Normas e interpretações emitadas e adotadas, que entraram em vigor no exercício 2022**

- **CPC 15 – Combinação de negócios** – A Revisão CPC 19, aprovada pelo CPC em 1º de outubro de 2021, alterou os itens 11, 14, 21, 22 e 23 e adicionou os itens 21A, 21B, 21C e 23A. A vigência desta Revisão deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que a aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar estas alterações para períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. A Companhia não tem efeitos significativos na adoção desta norma nas Demonstrações Contábeis.
- **CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes** - A Revisão CPC 19, aprovada pelo CPC em 1º de outubro de 2021, adicionou os itens 68A e 94A e alterou o item 69. A vigência desta Revisão deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que a aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar estas alterações para períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. A Companhia não tem efeitos significativos na adoção desta norma nas Demonstrações Contábeis.
- **CPC 27 - Ativo imobilizado** - A Revisão CPC 19, aprovada pelo CPC em 1º de outubro de 2021, alterou os itens 17 e 74 e adicionou os itens 20A, 74A e 80D. A vigência desta Revisão deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que a aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar estas alterações para períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. A Companhia não tem efeitos significativos na adoção desta norma nas Demonstrações Contábeis.
- **CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola** - A Revisão CPC 19, aprovada pelo CPC em 1º de outubro de 2021, alterou o item 22. A vigência desta Revisão deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que a aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar esta alteração para períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. A Companhia não tem efeitos significativos na adoção desta norma nas Demonstrações Contábeis.
- **CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade** - A Revisão CPC 19, aprovada pelo CPC em 1º de outubro de 2021, alterou o item D1 (f), reenumerou o item D13A e adicionou novo item D13A. A vigência desta Revisão deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que a aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar estas alterações para períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. A Companhia não tem efeitos significativos na adoção desta norma nas Demonstrações Contábeis.
- **CPC 48 - Instrumentos financeiros** - A Revisão CPC 19, aprovada pelo CPC em 1º de outubro de 2021, adicionou os itens 7.2.35 e B3.3.6A e alterou o item B3.3.6. A vigência desta Revisão

deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que a aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar estas alterações para períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. A Companhia não tem efeitos significativos na adoção desta norma nas Demonstrações Contábeis.

### **Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:**

- **CPC 50 – Contratos de Seguros (correlacionado ao IFRS 17)**, aprovado pela Resolução CVM nº 42/2021. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. A norma entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Não foram identificados impactos na Companhia.
- **Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das Demonstrações Financeiras. As entidades deverão divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.

Adicionalmente, as alterações ao IAS 1 emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com covenants, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações têm efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos.

- **Alterações ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Retificação de Erro.** As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.
- **Alterações do IAS 12 – Tributos sobre o Lucro.** Em circunstâncias específicas, as entidades estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Essa isenção se aplica a operações de arrendamento e obrigações de encerramento, por exemplo. Com as alterações, as entidades não terão direito mais a isenção e estarão obrigadas a reconhecer o imposto diferido sobre tais transações. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Não foram identificados impactos na Companhia.
- **Alterações do IFRS 16 - Arrendamentos.** As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos.

**b. Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

**c. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento de curto prazo, 90 dias ou menos a partir da data da contratação, e de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

**d. Contas a receber**

São apresentadas pelos valores de realização, líquido de provisão para perdas, quando aplicável. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. A formação da provisão tem como principal base a perda por faixa de inadimplência, além de contas a receber específicos considerados incobráveis.

**e. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada para ajustar o custo de itens do ativo imobilizado à sua utilização, de acordo com o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e os métodos de depreciação são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**f. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

**Software desenvolvido internamente**

Em conformidade com CPC 04 (R1) e Art. 179, inciso VI, da Lei no 6.404/76, o ativo intangível resultante de desenvolvimento foi reconhecido por atender aos critérios de:

1. Viabilidade técnica, sendo disponibilizado para uso ou venda;
2. Possuir intenção de uso ou venda;
3. Expectativa de geração de benefícios econômicos futuros e fluxo de caixa;
4. Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível;
5. Mensurável com confiabilidade os gastos atribuíveis durante sua fase de desenvolvimento.

O custo dos ativos intangíveis gerados internamente é reconhecido inicialmente ao custo de aquisição e referem-se a ativos adquiridos (Marcas e Patentes) e Softwares desenvolvidos internamente na companhia

**(i) Custos subsequentes**

Os custos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(ii) Amortização**

A amortização é calculada para diferir o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

**g. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

Os ativos financeiros são avaliados para verificar se a Companhia espera alguma perda de tais ativos e os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A Administração revisa anualmente, ou quando houver evidência, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, uma provisão para perda é constituída, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve perda por *impairment*.

**h. Contas a pagar**

São apresentados pelo valor presente de sua liquidação.

**i. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas categorias valor justo por meio do resultado e custo amortizado, de acordo com o modelo de negócio. Os passivos financeiros não derivativos estão classificados como custo amortizado.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Mensuração**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

Os demais ativos financeiros da Companhia são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

**j. Tributação**

**(i) Impostos sobre serviços**

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre Serviços (ISS)	2,00%

*Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021*

As receitas de serviços são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

**(ii) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda do exercício, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10%, quando aplicável. A contribuição social sobre o lucro é calculada com base na alíquota de 9%. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

## **4 Instrumentos financeiros**

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis, considerando os critérios de atualização contratados.

A Companhia tem como política a mitigação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos.

### **a. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia está exposta aos seguintes riscos em relação aos instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

#### ***Estrutura de gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia, que através de suas normas e procedimentos, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**(i) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros créditos.

**(ii) Risco de liquidez**

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são monitorados diariamente pela área de Tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando riscos de liquidez para a Companhia.

**(iii) Risco de mercado**

É o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros e câmbio - irão afetar os ganhos ou perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno da Companhia.

(iv) **Risco operacional**

A Companhia utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da compra efetuada pelo cliente.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Disponibilidades em moeda nacional (1)	1.992	2.170
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>1.992</b>	<b>2.170</b>
Certificado em Depósito Bancário - CDB Fácil Bradesco (2)	2.964	-
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.964</b>	<b>-</b>
	<b>4.956</b>	<b>2.170</b>

(1) Refere-se a depósito bancário à vista

(2) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta nas práticas contábeis, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

## 6 Títulos e Valores Mobiliários

<b>Títulos</b>	<b>De 181 a 360 dias</b>	<b>Acima de 360 dias</b>	<b>Saldo Contábil</b>
Certificado de Depósito Bancários – CDB (1)	-	6.348	6.348
<b>Total em 2022</b>	<b>-</b>	<b>6.348</b>	<b>6.348</b>
<b>Total em 2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) O saldo de Certificado de Depósito Bancário correspondem a garantia dos recursos de terceiros que transitam em contas de pagamento custodiadas pela Companhia.

## 7 Contas a receber

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Cientes (1)	3	0
	<b>3</b>	<b>0</b>

(1) Os valores são faturados com prazo médio de 30 dias para recebimento.

## 8 Outros créditos

	2022	2021
Adiantamentos	60	65
Bloqueios judiciais (1)	7	40
Antecipação de despesas	201	0
Outros créditos (2)	115	7
	<u>383</u>	<u>72</u>

(1) Refere-se a depósitos judiciais relacionados a processos cíveis.

(2) Composto substancialmente pelas garantias locatícias para espaços das atividades operacionais da entidade

## 9 Imobilizado

### a. Composição

	Taxa anual depreciação	2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	442	(33)	409
		<u>442</u>	<u>(33)</u>	<u>409</u>

### b. Movimentação no exercício de 2022

	Taxa anual depreciação	2021	2022			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	21	439	(14)	(37)	409
Máquinas e equipamentos	10%	6	3	(8)	(1)	0
			<u>442</u>	<u>(22)</u>	<u>(38)</u>	<u>409</u>

## 10 Intangível

### a. Composição

	Taxa anual amortização	2022		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares	(1)	3.127	(427)	2.700
Marcas e Patentes	(2)	12	-	12
		<b>3.139</b>	<b>(427)</b>	<b>2.712</b>

(1) A taxa majoritária para amortização é de 20%, entretanto há variações de acordo com a vida útil pré-definida para cada parte do software desenvolvido.

(2) O intangível refere-se ao registro da marca Aarin, não tendo vida útil definida.

### b. Movimentação no exercício de 2022

	Taxa anual Amortização	2021	2022			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Amortização	Valor líquido
Softwares	(1)	1.153	1.810 (2)	0	(263)	2.700
Marcas e Patentes	(1)	12	0	0	0	12
			<b>1.810</b>	<b>0</b>	<b>(263)</b>	<b>2.712</b>

(1) São aplicáveis as mesmas premissas descritas na nota explicativa 9A.

(2) Ativo reconhecido para aumento de capital, nos termos aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2022, com valor apurado mediante laudo de avaliador independente.

## **11 Obrigações sociais trabalhistas**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Encargos sociais e tributos	467	0
Salários, pró-labore e provisões	766	0
	<u><b>1.233</b></u>	<u><b>0</b></u>

## **12 Outras obrigações**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Recursos de terceiros (1)	7.484	1.720
Aluguéis	78	55
Outras obrigações (2)	303	12
	<u><b>7.865</b></u>	<u><b>1.787</b></u>

**(1)** Saldo de recursos de terceiros depositadas em contas de pagamento, custodiados pela Companhia.

**(2)** Refere-se, substancialmente, aos saldos de receitas auferidas provisionadas

## 13 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 32.015 (31 de dezembro de 2021 – 13), representado por 29.632 (2021 – 0) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em alteração contratual registrada na Junta Comercial da Bahia em 21 de março de 2022 foi registrada a transformação da Companhia de Empresa Limitada para Sociedade Anônima, sendo suas quotas de capital social de R\$ 13 totalmente convertido em 12.900 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2022 foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 5.203, correspondente a 5.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo integralizado da seguinte forma: R\$ 3.393 saldo de com adiantamentos para futuro aumento de capital registrados anteriormente no patrimônio líquido da companhia e R\$ 1.810 com registro de software no intangível, mediante aprovação unânime do Laudo de Avaliação realizado por terceiro independente e anexado na ata da assembleia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2022 foi a deliberada a subscrição de capital no montante de R\$ 30.000, sendo R\$ 26.799 destinado ao capital social, correspondente a 11.328 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e R\$ 3.202 destinados a reservas de capital, sendo a subscrição integralizada da seguinte forma: R\$ 10.000 em fundos de conta corrente de titularidade da Companhia na data do ato; R\$ 10.000 integralizados da mesma forma em até 6 meses após a data do ato e R\$ 10.000, também integralizados da mesma forma, em até 12 meses após a data do ato.

### b. Política de dividendos

Conforme disposição estatutária da Companhia, dos lucros apurados no exercício, serão descontados os prejuízos acumulados. Do saldo remanescente, 5% será destinado para reserva legal, limitada a 20% do capital social. Após efetuados os ajustes previstos em Lei para a constituição da reserva legal, a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do saldo do lucro líquido, mediante proposta da administração e de opinião prévia do Conselho Fiscal, se instalado, observados os orçamentos de capital da Companhia devidamente aprovados e as disposições legais aplicáveis.

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo obrigatório e mínimo equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício. Considerando que não houve lucro líquido no exercício corrente, não foi realizada distribuição de dividendos.

## 14 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de Intermediação	2.489	749
Receita de Licenciamento	399	0
Tributos	(318)	(44)
	<u>2.570</u>	<u>705</u>

## 15 Custos dos serviços prestados

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Custos com serviços (1)	(288)	0
Custos com ferramentas (1)	(16)	(1)
	<u><b>(304)</b></u>	<u><b>(1)</b></u>

(1) O aumento se deve ao crescimento de ferramentas associadas ao uso de pessoal interno para desenvolvimento de *software* e do crescimento da terceirização das atividades de desenvolvimento externo.

## 16 Despesas com pessoal

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Remuneração da diretoria	(732)	0
Encargos Sociais - FGTS	(259)	0
Encargos Sociais - INSS	(849)	0
Benefícios	(379)	0
Salários e demais proventos	(2.425)	0
	<u><b>(4.644)</b></u>	<u><b>0</b></u>

## 17 Despesas gerais e administrativas

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Taxas e tributos	(35)	(10)
Comissões	(41)	0
Outras despesas administrativas	(139)	(41)
Manutenção de escritório (1)	(183)	(40)
Licenças de software (2)	(418)	(102)
Serviços de terceiros (3)	(2.959)	(1.550)
	<u><b>(3.775)</b></u>	<u><b>(1.743)</b></u>

(1) Refere-se ao custo de manutenção das sedes administrativas em Salvador e São Paulo, incluindo aluguel, condomínio, despesas de manutenção predial e demais facilidades para desempenho das atividades diárias.

(2) O aumento refere-se, substancialmente, a aquisição e manutenção de serviços de *Cloud* na *Amazon Web Services*.

(3) Os principais fatores responsáveis pelo aumento da rubrica referem-se ao maior investimento em atividades terceirizadas de apoio em desenvolvimento, apoio jurídico, contábil, consultoria de segurança cibernética e ferramentas de validação cadastral.

## 18 Outras receitas e despesas operacionais

	2022	2021
Reembolsos Pagos	(6)	(8)
Reembolsos Recebidos	0	32
Resultado de Alienação de Bens	(4)	0
Outras receitas e despesas (1)	<u>(206)</u>	<u>0</u>
	<u><b>(216)</b></u>	<u><b>24</b></u>

(1) Seus principais movimentos referem-se a liquidação de ressarcimento de licenças de uso de ferramentas de fornecedores no exterior pagas por cartão de crédito da Cubos Tecnologia, aquisição de ferramenta anti-vírus, contratação de ferramenta de monitoramento transacional e baixa de adiantamentos sem recebimento dos respectivos documentos fiscais em prazos iguais ou superiores a 90 dias.

## 19 Resultado financeiro

	2022	2021
Tarifas bancárias	(984)	(277)
Rendimentos de aplicações	327	7
IOF	(44)	(3)
Juros sobre mútuos	(92)	0
Outras receitas e despesas financeiras	<u>(11)</u>	<u>0</u>
	<u><b>(804)</b></u>	<u><b>(273)</b></u>

## 20 Transações com partes relacionadas

- a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médicas praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

(Em milhares de reais)	<b>Controlador indireto (1)</b>	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
<b>Ativos</b>		
Disponibilidades	2.968	-
Outros ativos e outro valores e bens	6.348	-

(Em milhares de reais)	<b>Outras partes relacionadas (2)</b>	
	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2021
Receitas de desenvolvimentos de <i>software</i>	399	-

(1) Controlador indireto: Banco Bradesco S.A.

(2) Companhias sob mesmo controle indireto: Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. e Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico

- b) Remuneração do pessoal chave da administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria.

Para 2022 foi fixado o valor máximo de R\$ 732 para remuneração da diretoria:

(Em milhares de reais)	<b>Pessoal Chave</b>	
	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2021
Remuneração da Diretoria	732	-

## 21 Outras informações

- a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021; e
- b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há processos com riscos cíveis, trabalhista e fiscais avaliados como perdas possíveis ou prováveis.

## **22** **Eventos subsequentes**

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”. Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Companhia iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022

**MEMBROS DA DIRETORIA**

**Diretora Presidente**

Ticiania Cabirta Amorim

**Diretor de Operações**

Caio Costa Hehlenwerger

**Diretor de Tecnologia**

Victor Souza Tavares

**Diretora Jurídica**

Fernanda Rêgo Dias Oliveira

Francisco Carlos Messias Bispo

**Contador**

CRC SP-108370/O